

29/02/2000

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 247.349-9 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
RED. P/ ACÓRDÃO: MIN. OCTAVIO GALLOTTI
RECORRENTE : PEDRO ALDORI DOS SANTOS AMADO
ADVOGADO : MIGUEL ARCANJO DA CRUZ SILVA
RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : PGE-RS - CARLOS HENRIQUE KAIPPER E OUTROS

EMENTA: Desligamento de praça da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Nulidade do ato, por falta de oportunidade do exercício do direito de defesa (Constituição, art. 5º, LV).

Recurso extraordinário conhecido em parte e nela provido, para determinar-se o retorno do recorrente à condição de estagiário e condenar-se o Estado ao ressarcimento da remuneração a que teria ele feito jus, a partir da data do seu afastamento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, conhecer, em parte, do recurso extraordinário e, nessa parte, dar-lhe provimento.

Brasília, 29 de fevereiro de 2000.

MOREIRA ALVES

-

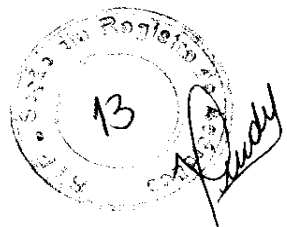
PRESIDENTE

Octavio Gallotti

OCTAVIO GALLOTTI

-

RELATOR PARA O ACÓRDÃO



RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 247.349-9 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
RECORRENTE: PEDRO ALDORI DOS SANTOS AMADO
ADVOGADO: MIGUEL ARCANJO DA CRUZ SILVA
RECORRIDO: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS: PGE-RS - CARLOS HENRIQUE KAIPPER E OUTROS

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - RE, a e c, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que julgou improcedente ação ajuizada pelo recorrente, ex-soldado da Brigada Militar, visando à anulação do ato pelo qual foi desligado da corporação (licenciamento a bem da disciplina), e à conseqüente reintegração no cargo.

O caso foi relatado assim no Tribunal **a quo** (f. 80):

"O Parecer do ilustre Procurador de Justiça, Dr. Antônio Carlos Krindges Marques, verba concessa, é do seguinte teor:

"1. PEDRO ALDORI DOS SANTOS AMADO ajuizou ação ordinária contra o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, aduzindo, em síntese, que ingressou na Brigada Militar em 20.04.89, sendo licenciado a bem da disciplina em 06.04.94. Disse que quando do licenciamento não havia nenhuma falta atual ainda não punida, constituindo-se a punição de demissão em bis in idem, ferindo o princípio da legalidade. Asseverou que foi sumariamente desligado, não lhe tendo sido assegurado o contraditório e a mais ampla defesa, além de ser inconstitucional o § 1º do art. 31 do Decreto Estadual nº 29.996/80. Requereu a anulação do ato de demissão e sua reintegração nos quadros da Brigada Militar, sendo considerado como efetivo tempo de serviço o período em que ficou fora.



Postulou o benefício da Assistência Judiciária Gratuita e juntou documentos.

"Citado, contestou o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, sustentando que o autor teve várias punições anotadas na sua ficha, pois jamais se adaptou às atividades inerentes à carreira policial militar. Verteu que de acordo com o art. 31, § 1º, nºs 1 e 2, do Decreto nº 29.996/80 (Regulamento Disciplinar da Brigada Militar), a praça sem estabilidade pode ser licenciada a bem da disciplina mediante simples análise de suas alterações, tendo em vista sua incapacidade de permanecer na corporação, inexistindo a alegada inconstitucionalidade ou revogação. Requereu a improcedência da ação e juntou documentos.

"Replicou o autor.

"O Ministério Público opinou pela improcedência da demanda.

"Sobreveio sentença que julgou improcedente o pedido.

"Irresignado, apelou o autor, tendo sido deferido maior prazo a ele, tendo em vista o extravio do processo.

"Contra-arrazoou o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

"O Dr. Promotor de Justiça, entendendo presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, deixou de emitir parecer, mister que incumbe ao Procurador de Justiça com atuação perante a Câmara.

"2. O recurso é tempestivo. Não merece ser provido.

"Não era o autor estável, pois há menos de cinco anos nas fileiras da Brigada Militar.

"Mesmo depois de várias punições, quando ingressou no comportamento MAU, continuou com sua indisciplina, não apresentando melhorias. A corporação, então, entendeu de licenciá-lo a bem da disciplina.

"Não se observa, em nenhum dos atos praticados pela Administração lesão às garantias fundamentais do cidadão prevista na Carta Magna.

"Cabível, no caso, o licenciamento de ofício, conforme dispõe o art. 125, inc. II, 2º, item III, da Lei 7.138/78, combinado com o

art. 31, § 1º, nº 1, do Decreto nº 29.996/80
(Regulamento Disciplinar da Brigada Militar).

"3. Posto isso, o parecer é no
sentido de ser negado provimento ao recurso
interposto".

Este, o voto condutor do acórdão recorrido (f. 82):

"DES. JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA (RELATOR) -
Eminentes colegas. Cuida-se de PM não estável que,
demonstrando reiterado mau comportamento fora licenciado a
bem da disciplina, e agora deduz pretensão anulatória do
ato administrativo e conseqüente reintegração na BM. Para
tanto diz ser inconstitucional o Regulamento Disciplinar
da BM. Evidentemente, nada tem de inconstitucional a lei e
seu regulamento, como tal está no Parecer supra transcrito
e no Parecer do ilustre Curador Dr. Francisco Guimarães,
fls. 46 a 48. E o ato discricionário está vinculado a essa
legislação.

Isso posto, nego provimento à apelação
interposta contra a sentença das fls. 50 a 52, que julgou
improcedente o pedido."

Seguiram-se embargos declaratórios - objetivando o
prequestionamento das alegações de cerceamento do direito de defesa
e de contrariedade à Súmula 19 do STF - rejeitados pelo tribunal a
quo (f. 88/89).

Alega-se, no RE, que o acórdão recorrido ofendeu o art.
5º, LV, CF, e a Súmula 19 do STF, ao julgar válido o ato de demissão
do recorrente, apesar de não lhe haver sido concedida, na esfera
administrativa, qualquer oportunidade de defesa, e apesar de o
recorrente já haver sido punido pelas faltas que ensejaram o seu
licenciamento a bem da disciplina.

O Ministério Público, em parecer do il. Subprocurador-
Geral Roberto Monteiro Gurgel, opina pelo provimento do recurso.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): Ainda que não se trate na espécie de demissão propriamente dita, mas de simples exoneração de servidor em estágio probatório - o que explica o fato de não haver sido imputada ao recorrente uma falta específica -, era de rigor a observância do direito à ampla defesa e ao contraditório.

Essa tem sido, com efeito, a orientação do STF, como se vê da decisão proferida no RE 230.540 (Galvão, DJ 13.8.99), assim ementada:

"POLICIAL MILITAR. DISPENSA. ESTÁGIO PROBATÓRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

O policial militar, conquanto em fase de estágio probatório, somente pode vir a ser desligado da Corporação mediante regular processo administrativo, em que lhe seja garantida a oportunidade de defender-se, utilizando-se, para tanto, de provas, sob a égide do contraditório.

Recurso conhecido e provido."

Disse, então, em seu voto o em. Min. Ilmar Galvão:

"O acórdão recorrido está assim fundamentado (fls. 96/7):

"O soldado PM de 2ª Classe, enquanto não concluído o curso de formação técnico profissional, é considerado em estágio probatório, a teor do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 697, de 24 de novembro de 1992, e bem por isso, suscetível de ser exonerado se não preencher os requisitos estabelecidos na lei.

Segundo Hely Lopes Meirelles, "essa exoneração não é penalidade, não é demissão; é simples dispensa do servidor, por não convir à



Administração a sua permanência uma vez que se revelaram insatisfatórias as condições de seu trabalho na fase experimental, sabiamente instituída pela Constituição para os que almejam a estabilidade no serviço público" (Direito Administrativo Brasileiro, RT, 15ª edição, pág. 378).

A estabilidade dos servidores públicos militares, ao contrário do que ocorre com os servidores civis, é matéria afeta à lei ordinária, por força do disposto no art. 42, par. 9º, da CF.

De se ver, portanto, que os princípios da ampla defesa e do contraditório não se aplicam ao caso concreto, por não se tratar de procedimento administrativo em que se imputa ao funcionário público militar falta funcional.

Trata-se de ato discriminatório da Administração que só se sujeita ao controle do Poder Judiciário quanto ao aspecto da legalidade, sendo defeso imiscuir-se no seu mérito.

A jurisprudência também se orienta no sentido de ser dispensável inquérito administrativo para a exoneração de servidor em estágio probatório "Não cumprido o estágio probatório, a administração pode exonerar justificadamente o servidor, independentemente de inquérito administrativo" (RSTJ 31/232; JTJ 161/139).

O ato de dispensa do impetrante, desta forma, não está eivado de qualquer ilegalidade, sendo de rigor a denegação da ordem impetrada."

Trata-se de entendimento que não encontra respaldo na Carta de 1988, que, no inc. LV do art. 5º, dispõe:

"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".



A propósito, doutrina Celso Ribeiro Bastos ("Comentários à Constituição do Brasil", 2º vol., p. 268):

"No que diz respeito aos destinatários, impõe-se reconhecer que o dispositivo procurou ser de extrema abrangência.

Com efeito, além de tornar certo que o preceptivo se volta aos litigantes em processo judicial, conferiu igual destinação aos envolvidos em processos administrativos. Esta inclusão foi extremamente oportuna porque veio consagrar uma tendência que já se materializava no nosso direito, qual seja: a de não despertar estas garantias aos indiciados em processos administrativos. Embora saibamos que as decisões proferidas no âmbito administrativo não se revestem do caráter da coisa julgada, sendo passíveis portanto de uma revisão pelo Poder Judiciário, não é menos certo, por outro lado, que já dentro da instância administrativa podem perpetrar-se graves lesões a direitos individuais cuja reparação é muitas vezes de difícil operacionalização perante o Judiciário."

Registre-se haver o STF editado, antes da Constituição de 1988, a Súmula nº 21, segundo a qual, "funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade".

No caso, o recorrente, conquanto em fase de estágio probatório, somente poderia vir a ser desligado da Corporação em sede de regular processo administrativo, em que lhe houvesse sido oferecida oportunidade de defender-se, utilizando-se, para tanto, das provas que tivesse, sob a égide do contraditório.

O acórdão recorrido, havendo-se afastado dessa orientação, é de ser reformado.

Para tanto, meu voto conhece do recurso, dando-lhe provimento."

Na linha desse entendimento, portanto, é de declarar-se a nulidade da exoneração, devendo retornar o servidor à situação em que se encontrava antes do questionado ato, inclusive no que se refere ao tempo faltante para o término do estágio probatório.



Quanto à pretensão deduzida no item 6 da petição inicial - "seja considerado como efetivo tempo de serviço para todos os fins o período em que o Autor permanecer fora dos quadros da Brigada Militar, bem como para fins de vencimento e vantagens pessoais, tais como triênios, Risco de Vida, Férias Vencidas, acrescidas de 1/3, vale refeição... e outras vantagens que venham a ser previstas no curso desse feito" -, não há como deferi-la à falta de fundamento legal.

Com efeito, a disciplina prevista no art. 28 da L. 8.112/90 ("A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens."), ainda que fosse aplicável aos Estados, não o seria na espécie, pois o recorrente, quando exonerado, ainda não havia adquirido a estabilidade.

Certo, da ilicitude do ato de licenciamento pode resultar a responsabilidade do Estado pelas conseqüentes perdas e danos.

E a condenação do Estado a repará-los não constitui decisão **extra petita**, vedada pelo art. 460 C.Pr.Civ.: o pedido formulado - de ressarcimento das vantagens não percebidas, como determinado no caso de reintegração - tem a mesma natureza reparatória de ato ilícito que a condenação em perdas e danos.

Não afeta a identidade substancial das duas hipóteses a circunstância de que, na primeira, a de reintegração do servidor estável, a lei predetermine o quanto da indenização.



Desse modo, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento, a fim de anular o ato de licenciamento do recorrente, nos termos antes explicitados, e condenar o Estado a ressarcir-lhe as perdas e danos conforme se apurar da liquidação: é o meu voto.

EBS/



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 247.349-9

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

RECTE. : PEDRO ALDORI DOS SANTOS AMADO

ADV. : MIGUEL ARCANJO DA CRUZ SILVA

RECD. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ADVDS. : PGE-RS - CARLOS HENRIQUE KAIPPER E OUTROS

Decisão: Após os votos dos Ministros Sepúlveda Pertence, Relator, e Ilmar Galvão, conhecendo e dando parcial provimento ao recurso extraordinário, pediu vista dos autos o Ministro Octavio Gallotti. 1ª. Turma, 19.10.99.

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence e Ilmar Galvão.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Miguel Frauzino Pereira.

Ricardo Dias Duarte
Coordenador

29/02/2000

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 247.349-9 RIO GRANDE DO SUL**V O T O V I S T A**

Estou de acordo com o eminente relator, quando, coerente com a jurisprudência do Supremo Tribunal declara a nulidade do licenciamento do recorrente, praça da Polícia Militar, mesmo não sendo ele estável, por falta de oportunidade do exercício do direito de defesa (art. 5º, LV, da Constituição).

Acompanho também S. Exa., no tocante à consequência desse entendimento qual seja o retorno do "servidor à situação em que se encontrava antes do questionado ato, inclusive no que se refere ao tempo faltante para o término do estágio probatório".

Apenas quanto ao aspecto da condenação, permito-me um reparo, de modo a determiná-la, não sob a forma genérica das perdas e danos, mas pelo critério específico do pagamento da remuneração a que teria feito jus o recorrente, a partir da data do seu afastamento.

Assim concluo por parecer-me aplicável, ao caso dos autos, quando menos mediante analogia, o critério tradicional dos efeitos da reintegração. *Magalhães*

Recordo que, em pelo menos uma das referências jurisprudenciais da Súmula nº 21, o acórdão no Mandado de Segurança nº 9.146, relator o saudoso Ministro RIBEIRO DA COSTA, era de explícita reintegração o pedido deferido, em seus termos, pelo Supremo Tribunal.

Rogo, portanto, a vênia do eminente relator para, conhecendo do recurso, dar-lhe, também, parcial provimento, para anular o ato de licenciamento, nos termos explicitados por S. Exa. (retorno à condição de estagiário), mas condenar, o Estado, ao ressarcimento da remuneração a que teria feito jus o recorrente, a partir da data do seu afastamento. *Lezaletti.*

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 247.349-9

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

REDATOR PARA O ACÓRDÃO: MIN. OCTAVIO GALLOTTI

RECTE. : PEDRO ALDORI DOS SANTOS AMADO

ADV. : MIGUEL ARCANJO DA CRUZ SILVA

RECDO. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

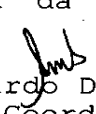
ADVDS. : PGE-RS - CARLOS HENRIQUE KAIPPER E OUTROS

Decisão: Após os votos dos Ministros Sepúlveda Pertence, Relator, e Ilmar Galvão, conhecendo, em parte, e, nessa parte, dando provimento ao recurso extraordinário, pediu vista dos autos o Ministro Octavio Gallotti. 1ª. Turma, 19.10.99.

Decisão: Por maioria de votos, a Turma conheceu, em parte, do recurso extraordinário e, nessa parte, lhe deu provimento. Vencidos os Ministros Sepúlveda Pertence, Relator, e Ilmar Galvão, com relação aos efeitos financeiros da decisão. Redator para o acórdão o Ministro Octavio Gallotti. 1ª. Turma, 29.02.2000.

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Ilmar Galvão.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.


Ricardo Dias Duarte
21 Coordenador